

Modelo de Termo de Referência para Aquisições por Dispensa de Eletrônica na forma de Cotação Eletrônica

1. OBJETO:

1.1. Para serviço de organização, assessoria e execução do Campeonato Municipal de Futebol de Terra de Areia.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

2.1. Contratação de serviços de organização, assesoria e execução para o campeonato municipal, incluindo serviços de arbitragens, bandeirinhas e mesário e seguranças, para o inicio do meio do mês de março.

| ITEM | SERVIÇO | MEDIANA UNITARIA | QUANT | MEDIANA TOTAL |
|------|---|---------------------|-------|------------------|
| 01 | Serviço de organização, assessoria e execução do Campeonato Municipal de Futebol de Terra de Areia 2024. | R\$ 5.900,00 | 1 | R\$ 5.900,00 |
| 02 | Serviço de arbitragem por jogo com um árbitro, dois árbitros auxiliares (bandeirinhas) e um delegado de jogo (mesário). | R\$ 740,00 | 25 | R\$ 18.500,00 |
| 03 | Serviço de segurança desarmada com dois apoiadores técnicos por rodada. | R\$ 320,00 | 11 | R\$ 3.520,00 |
| 04 | Serviço de arbitro por jogo contendo um árbitro CBF ou FIFA para arbitrar jogo final do campeonato. Sendo que o referido árbitro já tenha desempenhado a função de árbitro principal no mínimo em 10 jogos no Campeonato Brasileiro da Primeira Divisão na carreira. | R\$ 6.000,00 | 1 | R\$ 6.000,00 |
| | | _ | | |

Valor total: R\$ 33,920,00

3. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1. Para o fim do disposto no art. 16, II, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 e para efeito da realização da aquisição, a despesa decorrente do processo tem adequação orçamentária e financeira anual e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, sendo constatada a existência de dotação orçamentária para o exercício de 2024, conforme abaixo discriminado:

Secretaria Desenvolvimento Econômico Desporto Turismo e Lazer.

Projeto Atividade 2190 / Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria. Dotação



Principal 33390390000000 / Outros Serviços de Terceiros de — Pessoa Jurídica / 360. Dotação Secundaria 33390390500000 / Serviços tecnicos proficionais /844

4. DA CONTRATAÇÃO:

- 4.1. De acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 4.1.1. A formalização da contratação do serviço deve ser realizada nos termos do artigo 95, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. JUSTIFICATIVA:

Ao contratar uma empresa especializada, estamos garantindo um padrão profissional na organização e execução do campeonato, reduzindo os riscos associados ao evento, como problemas de segurança, falhas na logística ou disputas entre equipes.

7. DO LOCAL E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

7.1. Com inicio da prestação de serviço no meio do mes de março nos campos municipais a serem definidos.

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO:

- 8.1. Os serviços e/ou bens serão recebidos:
- a) Definitivamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- b) Os materiais e os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com o solicitado.

9. FORMA DE PAGAMENTO:

- 9.1. A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal Eletrônica, indicando o número da conta corrente, agência e banco, que será atestada pelo profissional expressamente designado.
- 9.2. O pagamento será efetuado 20 (vinte) dias após o cumprimento dos subitens anteriores.
- 9.3. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, serão devolvidos à CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação dos pagamentos correspondentes, quando este se der por culpa da CONTRATADA.
- 9.4 A liberação do pagamento ficará condicionada a verificação da situação da CONTRATADA em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas, cujo resultado será impresso e juntadoaos autos do processo.



10. DAS OBRIGAÇÕES:

10.1. DA CONTRATADA:

- 10.1.1. Fornecer os materiais e executar os serviços nas condições estipuladas, no prazo e local indicados no contrato em estrita observância das especificações do Estudo Técnico Preliminar e deste Termo de Referência.
- 10.1.2. Apresentar os documentos exigidos nos Anexos e assinar o termo de contrato.
- 10.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos serviços e dos materiais fornecidos;
- 10.1.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, corrigir ou reparar, às suas expensas os materiais/serviços com avarias ou defeitos, ou que não atendam às exigências previstas no projeto e na proposta;
- 10.1.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente aquisição;
- 10.1.6. Comunicar a Administração no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos materiais e dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.1.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no termo de referência; e
- 10.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, deslocamento de pessoal, quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução dos serviços.

10.2. DA CONTRATANTE

- 10.2.1. Receber provisoriamente os materiais e serviços, disponibilizando local, data e horário;
- 10.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais e serviços fornecidos com as especificações constantes neste Termo do Referência; e
- 10.2.3. Efetuar o pagamento no prazo previsto.



| | | ~ | ~ | , |
|---------|----------|-----|---|--------------------|
| 11. | | | | APLICÁVEIS: |
| | DASINHRA | 2 (| | APLIC AVELS. |
| | | | | |
| | | | | |

| 11.1. Aplica-se o previsto na Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 20 | 11.1. | Aplica-se o | previsto na L | ei 14.133/2021, | de 1° | de abril de 2 | 021 |
|---|-------|-------------|---------------|-----------------|-------|---------------|-----|
|---|-------|-------------|---------------|-----------------|-------|---------------|-----|

| 10 | DOG | A NIEWOC. | |
|------------|-----|-----------------|---|
| 12. | DOS | ANEXOS : | ï |

11.1. Fazem parte deste Termo de Referência os Anexos I, II e III.

Terra de Areia, 29 de fevereiro de 2024

Adriano Neukirchen Secretário Municipal



ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Habilitação jurídica:

- 1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a



apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 2.5. Prova de regularidade com a Fazenda, *Estadual e Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais ou municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

| DADOS FORNECEDOR | | | | | |
|---|-------|---|-------|--|--|
| Razão Social:CNPJ: Nº | | | | | |
| Endereço: | | | | | |
| E-mail: Telefone: | | | | | |
| NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: | | | | | |
| CPF n° | | | | | |
| Esta Proposta tem validade de 60 (sessenta) dias. | | | | | |
| | | | | | |
| Microempresa ou empresa de pequeno porte: [|] Sim | [|] Não | | |
| | | | | | |

Dispensa de Licitação nº

| ITEM | SERVIÇO | UNITARIA | QUANT | TOTAL |
|------|--|----------|-------|-------|
| 01 | Serviço de organização, assessoria e execução do Campeonato Municipal de Futebol de Terra de Areia 2024. | R\$ | 1 | R\$ |
| 02 | Serviço de arbitragem por jogo com um árbitro, dois árbitros auxiliares (bandeirinhas) e um delegado de jogo (mesário). | R\$ | 25 | R\$ |
| 03 | Serviço de segurança desarmada com dois apoiadores técnicos por rodada | R\$ | 11 | R\$ |
| 04 | Serviço de arbitro por jogo contendo um árbitro CBF ou FIFA para arbitrar jogo final do campeonato. Sendo que o referido árbitro já tenha desempenhado a função de árbitro principal no mínimo em 10 jogos no Campeonato Brasileiro da Primeira Divisão na carreira. | R\$ | 1 | R\$ |

Valor total: R\$



ANEXO III - MODELO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº

| O MUNICÍPIO DE TERRA DE AREIA, através da Secretaria Municipal, com sede Rua |
|--|
| Tancredo Neves, 500, Bairro Centro, Terra de Areia - RS, CEP: 95535-000, CNPJ nº 90.256.660/0001 |
| 20, neste ato representado por, e a empresa, situada na Rua n° , RS, CEP: |
| , inscrita no C.N.P.J. do Ministério da Fazenda sob o número , doravante CONTRATADA, por |
| seu representante, Sr(a) , resolvem firmar o presente contrato, mediante cláusulas e condições a |
| seguir enunciadas, conforme o processo de dispensa de licitação: |

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

- 1.1 O objeto do presente contrato consiste
- 1.2 O presente Contrato se vincula ao processo de dispensa e a proposta vencedora.
- 1.3 O regime de execução é o de contratação direta e execução mensal.
- 1.4 São parte deste Contrato a descrição detalhada do objeto, bem como, todos os demais elementos que constam do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar da dispensa de licitação nº

<u>CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO, REGIME EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:</u>

- 2.1 O prazo de vigência deste Contrato é de, com início na data de assinatura deste contrato,
- 2.2 O preço contratado é de R\$
- 2.3 O pagamento será realizado em no máximo 10 dias a partir da apresentação da nota fiscal correspondente

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO:

3.1. – É vedada a subcontratação ou da parcela principal da obrigação.



- 3.2 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 3.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

CLÁUSULA QUARTA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO:

4.1 - O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência e seus anexos.

CLÁUSULA QUINTA - FISCALIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES:

- 5.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE.
- 5.2 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas neste Contrato, no Termo de Referência e seus anexos.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO:

- 6.1 No caso de duração superior de 12 (doze) meses de contrato, é devido o reajuste pelo IPCA acumulado a cada doze meses, desde que preservado o valor de mercado, que será apurado no processo de renovação.
- 6.2 O reequilíbrio poderá ser realizado, na forma da Lei, mediante prova.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES E DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

- 7.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 7.2 A CONTRATADA sujeita-se às penalidades previstas nos arts. 156 e 162, da Lei Federal nº 14.133/2021.



CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA E ALTERAÇÃO:

- 8.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei de Orçamento Anual, na dotação discriminada:
- 8.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.3 O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 8.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
- 8.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA – FORO:

Os casos omissões serão resolvidos na forma da Lei, em especial à Lei Federal nº 14.133/2021, ficando eleito o foro do CONTRATANTE para solucionar as dúvidas decorrentes do contrato na via judicial. E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma.

| | Terra de Areia, RS, de | de 2024. |
|--------------|------------------------|----------|
| | | |
| CONTRATANTE | CONTRATADA | _ |
| | | |
| Testemunhas: | | |
| Nome: | Nome: | |
| CPF: | CPF: | |